

Sarney recebe no Alvorada seus vice-líderes e delega tarefas

19 MAI 1988

Aldori Silva

O presidente José Sarney conheceu ontem, no Palácio da Alvorada, a sua "tropa de choque" política, formada por 26 parlamentares — 14 do PMDB, 11 do PFL e um do PTB. A eles, o Presidente da República delegou as tarefas de, junto às suas bancadas, defender o acordo com o Fundo Monetário Internacional e, dentro da Constituinte, manter a vantagem que, do ponto de vista do Planalto, assegura a vitória do mandato de cinco anos.

A "tropa de choque" do Presidente da República foi articulada, principalmente, pelo líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que prefere chamar o grupo de "colégio de vice-líderes", embora ele tenha caráter informal.

O "colégio" como prefere o deputado Carlos Sant'Anna, atuará informalmente dentro da Assembléia Nacional Constituinte e junto às suas bancadas. O elo de ligação dos "Soldados do Sarney" é a fidelidade aos interesses do Palácio do Planalto e a disposição de acompanhar o Presidente da República até o fim do seu mandato.

Apresentados por Sant'Anna, os parlamentares foram saudados pelo presidente José Sarney que, em seguida, fez um relato, rápido, da reunião que tivera com os governadores, onde se discutiu, especialmente, a questão da dívida externa.

Sarney desmentiu, para os "vice-líderes", que esteja havendo dificuldades na negociação da dívida. Observou que há diferenças normais no treinamento com os bancos credores, mas garantiu que a negociação caminha bem, dentro das condições reivindicadas pelo País.

Otimismo

O Presidente da República discutiu também, a questão do mandato presidencial. Ele está otimista, se não convencido, de que a Constituinte lhe garantirá a chefia do Governo até o ano de 1989. A posição dos governadores é a arma que Sarney tem como decisiva.

A confiança na vitória é tão grande que a proposta do deputado Saulo Queiroz, do PFL, de realizar eleições presidenciais entre abril e maio do ano que vem, foi recebida como "brincadeira".

Os líderes do Governo na Câmara e no Senado Federal, Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi, deixaram a reunião eufóricos com a perspectiva da votação do mandato presidencial nas Disposições Transitórias: "Vai ser de 320 votos para cima", segundo o senador.

O terceiro tema de discussão durante o encontro foi provocado pelo líder do PFL, deputado José Lourenço: ele insistiu na necessidade de exoneração do ministro Renato Archer que, afirmou, "estar praticando uma política de baixo nível".

Apesar da irritação do líder pefelista — "se eu fosse o Presidente, o Archer já estaria fora há muito tempo" — a opinião que corre nos corredores do Planalto é de que o presidente José Sarney não adotará nenhuma medida antes da votação do seu mandato pela Assembléia Nacional Constituinte.

Divisão

O deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo na Câmara, disse que não comunicará ao presidente do seu partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães, a formação do "colégio de vice-líderes", porque "não se trata de um colégio formal, mas apenas uma maneira de dividir trabalho no plenário, nas negociações com as bancadas e nos contatos com os ministérios".

Essa é a formação do "colégio de vice-líderes", além do deputado Carlos Sant'Anna e do senador Saldanha Derzi. O PMDB concorre com: Albérico Filho (MA), Alexandre Puzina (SC), Basílio Vilani (PR), Roberto Cardoso Alves (SP), Delio Braz (GO), Expedito Machado (CE), Henrique Alves (RN), Hilário Braun (RN), Jorge Leite (RJ), Jorge Viana (BA), Milton Reis (MG), Nilson Gibson (PE), Nyder Barbosa (ES), Ottomar Pinto (RR), Paulo Zarzur (SP).

Do PFL, participam: José Lourenço (BA), Cristóvam Chiaradia (MG), Gilson Machado (PE), Oscar Correa (MG), Paes Landim (PI), Ricardo Fiúza (PE), Rita Furtado (RO), Inocêncio Oliveira (PE), Osvaldo Sobrinho (MT); o PTB contribuiu com o deputado Roberto Jefferson.



Sant'Anna esclareceu que o "colégio de vice-líderes" vai atuar articulado com o Planalto

Eleição em abril ganha força

O deputado Ulysses Guimarães pode ser o grande trunfo dos partidários da realização conjunta de eleições municipais e presidenciais em abril do próximo ano. O deputado Saulo Queiroz, autor da emenda e secretário-geral do PFL, informou ontem, após uma conversa com o senador Marco Maciel, que está sendo trabalhado o apoio de Ulysses a sua proposta.

Entre os favoráveis ao mandato de quatro anos é crescente o apoio às eleições em abril de 89. Os políticos mais ligados ao Planalto, como o deputado Roberto Cardoso Alves, são contra. Mas vários parlamentares comprometidos com os cinco anos estão a favor. Um deles, o deputado Heráclito Fortes, da Executiva do PMDB, explica: "Eu estava com os cinco anos, mas agora estou tentando a votar a favor dos quatro e meio. É uma boa solução".

O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT na Constituinte, apóia as eleições presidenciais em abril desde que desvinculadas do pleito municipal. Em sua ava-

liação, a coincidência das eleições só interessa aos grandes partidos com estrutura montada e candidatos em todo o País. O deputado Roberto Freire, líder do PCB na Constituinte, condena a emenda: "Isso é puro fisiologismo. Queremos as eleições municipais e presidenciais este ano por uma questão política. Mas se não der, não há porque misturar o pleito municipal com suas peculiaridades com a eleição para a Presidência da República".

O deputado Maurílio Ferreira Lima, um dos principais articuladores de um acordo na Constituinte em torno da emenda Saulo Queiroz, confirma a preocupação fisiológica: "Essa é uma alternativa viável justamente por isto. Cada parlamentar está avaliando o custo de duas eleições seguidas e chegando à conclusão de que é melhor juntá-las. Sai mais em conta. Esse é um argumento muito forte entre os que fazem política com fisiologismo, mas sensibiliza também quem não adota essa prática, pois todos acabam tendo despesas".

Um político muito próximo a Ulysses comentou, ontem, que a emenda Saulo Queiroz é a sua cara e parece feita sob medida para o jogo do presidente do PMDB. E justificou: Com isto, ele melhora as condições para a manutenção da unidade do partido, viabiliza uma alternativa intermediária como é bem de seu estilo e formação, aumenta o peso do PMDB nas eleições por ser o partido estruturado em todo o País, e, principalmente, mantém no páreo a candidatura do próprio Ulysses.

A aprovação, ontem, pela Câmara dos Deputados do projeto de lei que regulamenta as eleições municipais para novembro deste ano não prejudica, segundo seus coordenadores, o movimento para seu adiamento para abril. Primeiro, porque ainda terá de ser aprovado pelo Senado Federal e sancionado pelo presidente da República. E, segundo, o mais importante: A Constituinte aprovando o adiamento, a legislação ordinária, hierarquicamente inferior, é automaticamente revogada.